



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014203-98.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Extinção do Crédito Tributário**
 Embargante: **Duarte de Souza Empreendimentos e Representações Ltda**
 Embargado: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Embargos à Execução opostos pela **DUARTE DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA** contra a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SP**, arguindo, preliminarmente, a decadência para a constituição do débito discutido. No mérito, alega nulidade da CDA e que a área apontada pela requerida está equivocada, pois no local existem 119,00 m², apontados em 24/10/1986, sendo que, desde então o imóvel não sofreu mais nenhuma outra ampliação.

A embargada apresentou impugnação, defendendo a regularidade da CDA e apontando que não houve prejuízo, tendo o embargante sido notificado no processo administrativo. Aduz, ainda, que houve pedido de unificação e desmembramento, tendo a fiscalização preenchido a ficha de classificação, cujo ISS foi lançado e, após discordância, foi preenchida outra ficha de classificação, em 25/05/2009, tendo sido constatada a área construída. Alegou, por fim a inoccorrência de decadência.

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Não é o caso de se reconhecer a decadência. Isso porque o pedido de unificação e desmembramento dos lotes ocorreu em 07/02/2006 (fls. 71), os memoriais foram aprovados em 03/10/06 (fls. 92) e a notificação ocorreu em 17/11/07 (fls. 113) e, após retificação, houve nova notificação, em 17/08/09 (fls. 128), tudo, portanto, em menos de cinco anos, tendo a ação sido ajuizada 07/12/11.

No mais, o pedido não comporta acolhimento.

Embora a CDA não tenha mencionado a natureza do tributo, não se verifica prejuízo, já que a embargante tomou conhecimento do processo administrativo, tanto que o juntou aos autos, sendo que, conforme apontado pelo Ministro Luiz Fux AgRg no REsp



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

971090/PR), “a nulidade da CDA não deve ser declarada por eventuais falhas que não geram prejuízos para o executado promover sua defesa.”

Segundo o tributarista Eduardo Sabbag, “(...) a nulidade deve ser reconhecida apenas nos casos em que não é possível a identificação do débito, com todos os seus elementos, impedindo ou dificultando a defesa. Daí se afirmar que o art. 203 do CTN prevê uma nulidade relativa, privilegiando a moderna concepção instrumental do processo” (Manual de Direito Tributário, 1ª edição, pág. 868).

Por outro lado, pelo que se observa dos autos, houve pedido de unificação e desmembramento de lotes (fls. 71), tendo os memoriais sido aprovados em 03/10/06 (fls. 92), razão pela qual foi feita a fiscalização, apurando-se duas edificações, conforme fichas de classificação de fls. 101/103. Houve pedido de revisão (fls. 114), que foi acolhido, em virtude do tempo decorrido, o que inviabilizava a cobrança (fls. 121) sobrando diferença de 219,11m² de construção (fls. 123), que é a que está sendo cobrada.

Note-se que esta área foi apurada no local, após fiscalização, não tendo a embargante juntado nenhuma planta assinada por engenheiro que atestasse metragem diversa.

Ressalte-se, uma vez mais, que a área antiga já foi excluída (fls. 121), estando a se cobrar o que foi apurado em 2007 (fls. 101/102 e 115).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno a embargante a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

P R I

São Carlos, 21 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**